

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**QUALIDADE DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: PERSPETIVA DA
CRIANÇA ACOLHIDA**

Marlene Sofia Moreira Silva

Junho 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, na área de especialização de Intervenção Psicológica, Educação e Desenvolvimento Humano, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

O presente estudo foi desenvolvido em articulação com uma investigação mais abrangente no âmbito do Doutoramento em Psicologia de Sónia Pires de Lima Rodrigues, intitulado “A Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados”. A referida investigação está a ser conduzida no contexto no Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob orientação da Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne e coorientação do Professor Jorge Fernandez Del Valle da Universidade de Oviedo. Este estudo beneficiou de alguns protocolos que facilitaram e promoveram a sua implementação, nomeadamente entre a FPCEUP, as entidades de tutela e as responsáveis pelas instituições de acolhimento residencial em Portugal Continental e ilhas.

Com o intuito de divulgar resultados preliminares desta investigação junto da comunidade científica, esta dissertação apresenta-se em formato de artigo científico. A futura publicação deste artigo numa revista internacional, com revisão por pares, beneficiará da coautoria de Sónia Rodrigues, Maria Barbosa-Ducharne e Jorge Fernandez Del Valle.

Agradecimentos

Esta dissertação não representa apenas o resultado de longas horas de trabalho e de reflexão durante as várias etapas que o constituem. É igualmente o culminar de um objetivo académico, que apesar de ter sido um percurso com muitas peripécias e alguns altos e baixos reuniu o contributo de várias pessoas que me ajudaram e deram-me apoio e acompanharam este percurso que se tornou assim tão gratificante. Deste modo, é um prazer, enunciar cada uma delas e proceder ao reconhecido agradecimento:

Em primeiro lugar, um obrigada aos meus pais, pois sem eles nunca teria chegado até aqui, sem o esforço e dedicação deles nada seria possível. São o mais importante que tenho e o que mais me motiva a querer ser sempre melhor em cada desafio que tenho de enfrentar. Obrigada por me acompanharem em todos os percursos da minha vida!

Ao meu irmão Fábio que apesar de não entender muito bem o que é uma psicóloga e estar sempre a dizer que ia saltar à corda com as crianças, é o meu mais que tudo e é a minha energia, é quem me põe sempre um sorriso na cara. Obrigada por estares sempre do meu lado!

Ao meu namorado, Miguel que é quem sempre ouviu os meus desabafos, quem esteve sempre para mim em todos os momentos deste longo percurso académico. É o meu porto seguro e das pessoas que sempre acreditou em mim em toda esta fase de muito trabalho. Obrigada por seres como és!

À Professora Maria Adelina Barbosa, pelo apoio prestado na orientação deste trabalho e pela partilha do saber. Obrigada pelos conselhos e por toda a orientação no meu trabalho.

Às Doutorandas Sónia Rodrigues e Joana Campos, pelo tempo disponibilizado para sugestões e comentários e pelas valiosas contribuições para o trabalho.

Por fim, mas não menos importante a todos os elementos do grupo de investigação em Acolhimento Residencial pelo companheirismo e amizade, conselhos, gargalhadas, especialmente à Sílvia por este caminho percorrido comigo.

Aos familiares e amigos, especialme pelos conselhos, pela confiança, o entusiasmo e a força que por vezes esmorece que aos poucos foram ouvindo os meus desabafos e sempre me deram uma palavra de força e que sempre acreditaram em mim.

A todos um sincero obrigada.

Resumo

As crianças em acolhimento residencial (AR) raramente são ouvidas quanto à avaliação que fazem sobre a casa em que vivem, sendo a sua participação escassa e subvalorizada e poucos são os estudos sobre a qualidade do AR que permitem compreender, conhecer e avaliar as verdadeiras necessidades das crianças acolhidas.

Este estudo pretende dar “voz” a estas crianças e perceber qual a sua perceção sobre a qualidade das casas em que vivem. Participaram neste estudo 43 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, que vivem em 11 equipamentos de AR. A perceção de qualidade do AR foi avaliada através da *Entrevista ARQUA-P para crianças menores de 12 anos*, que está integrada no Sistema de Avaliação Compreensiva do Acolhimento Residencial Português (ARQUA-P).

As crianças avaliaram positivamente a qualidade das respostas de AR em que viviam. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas associadas ao sexo a nível da avaliação da qualidade da Casa de Acolhimento onde as crianças vivem, quer em termos de qualidade total quer nas diferentes dimensões da qualidade do contexto de acolhimento estudadas. Verificou-se que as crianças em casas de acolhimento mistas avaliaram melhor o contexto e verbalizar um sentimento de bem-estar superior do que crianças acolhidas em casas segregadas em função do género. Estes resultados reforçam, a pertinência de ouvir as crianças e de as considerar participantes importantes na investigação conduzida com objetivo de conhecer, avaliar e contribuir para promover práticas de qualidade em AR.

Palavras-chave: acolhimento residencial, qualidade, voz das crianças

Abstract

Children in residential care (AR) are rarely heard on the assessment made on the house in which they live, and their lack of participation and undervalued and there are few studies on the quality of HR to allow us to understand, to know and assess the real needs of foster children.

This study aims to give "voice" to these children and understand what their perception about the quality of the houses in which they live. Participated in this study 43 children aged between 6 and 11 years, living in 11 RA equipment. AIR quality perception was assessed by ARQUA-P Interview for children under 12 years of age, which is integrated into the Comprehensive Assessment System Home Residential Portuguese (ARQUA-P).

Children positively assessed the quality of the RA responses in which they lived. There were no statistically significant differences related to sex in terms of assessing the quality of the host house where children live, both in terms of overall quality or in different dimensions of quality in the context of host studied. It was found that children in mixed host homes better rated the context and verbalize a feeling of greater well-being than children cared for in homes segregated by gender. These results reinforce the relevance of hearing children and to consider them important participants in research conducted in order to know, evaluate and help to promote quality practices in RA.

Keywords: residential care, quality, voice of children

Abreviaturas

AFR - Apoio às Famílias para Reunificação

AR – Acolhimento Residencial

ARQUA- Sistema Espanhol de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial

ARQUA-P – Sistema de Avaliação Compreensiva do Acolhimento Residencial

Português

CA- Casa de Acolhimento

CE – Uso de Consequências Educativas

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

DA – Desenvolvimento e Autonomia

EF - Estudos e Formação

EQUAR – *Standards* de Qualidade do Acolhimento Residencial

ERA - Encaminhamento e Receção/Admissão

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LIE - Localização Recursos e Equipamentos

LPCJP - Lei de Proteção a Crianças e Jovens em Perigo

NI – Normalização e Integração

NMB - Necessidades Básicas Materiais

P – Participação

QT – Qualidade Total

RD - Respeito pelos Direitos

SEV – Saúde e Estilos de Vida

SP- Segurança e Proteção

O artigo 1.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) define criança como todo o ser humano até à idade de 18 anos, sublinhando o direito de todas as crianças a crescer numa família, se possível a sua família de origem, e a usufruir de condições de vida que lhe permitam desenvolver-se adequadamente de acordo com a sua idade (Convenção dos Direitos da Criança, 1990).

Quando os pais falham em relação às suas funções parentais, o acolhimento residencial (AR) deve funcionar como um das medidas de proteção possíveis. A legislação portuguesa designa o AR como um último recurso que deve ser utilizado durante um período de tempo limitado, visando, sempre que possível, o regresso da criança à sua família de origem. No entanto, na legislação portuguesa não está definido um prazo limite para determinar a capacidade da família se reconstruir, daí que, mesmo nos casos em que o projeto de vida da criança é a reintegração familiar, o tempo em AR se pode prolongar de forma indefinida (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2013).

Um princípio fundamental da CDC é que as opiniões das crianças devem ser levadas em conta em qualquer decisão suscetível de afetar o seu bem-estar ou situação de vida (Gilligan, 2000). A este respeito, Monteiro (2002) refere “a revolução dos Direitos da Criança” que se resume no facto de na consciência ética e jurídica da Humanidade contemporânea a criança deixar de ser vista e tratada como objeto e passar a ser reconhecida e respeitada como sujeito de direito.

Ratificada em 1990 por Portugal, a CDC introduz o direito de participação, a par com os de proteção e provisão, defendendo Tomás e Soares (2004) que “são promulgados direitos políticos e civis, expressão e participação conferindo à criança a possibilidade de se expressar e participar, essenciais para o exercício da cidadania” (p.354). Assim, o direito à participação envolve o direito a ter uma voz, à proteção da liberdade de opinião, e, de acordo com Fernandes (2005, p. 407), revela-se essencial para “resgatar a dignidade, visibilidade e identidade social da criança, não deixando perpetuar o silêncio social a que as crianças desde há muito estão votadas”.

As crianças que vivem em AR, apresentam um nível de participação nas decisões que as afetam diretamente ainda mais escasso face aos restantes jovens. Em contexto de AR, a participação, tanto formal como informal, das crianças acolhidas deve ser uma prática instituída e os profissionais nestes contextos devem passar mais tempo com as crianças para que estas se sintam ouvidas (Stevens, 2008).

A legislação em Portugal sofreu recentemente algumas alterações. A mudança

de terminologia de acolhimento institucional (art.º LPCJP 49 147/99) para AR (art.º 50 LPCJP 142/15) reflete uma nova perspetiva acerca desta medida de proteção em regime de colocação extra familiar. Nesta nova lei é consignado que o AR “tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”. O AR consiste, assim, na “colocação da criança aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamentos de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhe garantam os cuidados adequados” (art.º 49 LPCJP 142/15).

Para que a medida seja aplicada da melhor forma, tendo em vista a prevenção dos riscos associados ao AR, este deverá sempre ser temporário e transitório. O objetivo será a reintegração da criança na sua família de origem, na família alargada, trabalhando-se o projeto de adoção ou, ainda, a autonomização. Contudo muitas crianças acabam por permanecer durante anos em acolhimento, sem concretizar o seu projeto de vida. O relatório CASA (Instituto da Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], 2015)), indica que uma grande percentagem (47.5%) permaneceu entre 1 e 3 anos em AR. sendo que à medida que a idade aumenta mais prolongado se torna o tempo em AR.

O referido relatório CASA (ISS, IP, 2015) fornece informação anual sobre o número de crianças que se encontram no sistema português de AR. Segundo este documento, em 2014, eram 8025 as crianças/jovens que se encontravam em AR e apenas 341 (4.5%) se encontravam em acolhimento familiar, representado o acolhimento familiar uma percentagem reduzida de crianças face aos valores que se observam noutros países europeus. Estes números mostram que, em Portugal, 1 em cada 250 portugueses, com idade inferior ou igual a 18 anos, se encontra em AR e sublinham a importância do sistema de acolhimento de crianças e jovens português se adaptar e evoluir em função das necessidades das próprias crianças.

De acordo com o referido relatório (ISS, IP, 2015), 51,9% da população em AR era do sexo masculino e 48,1% era do sexo feminino. Além disso, contrariamente a todas as diretrizes estabelecidas pela CDC, 8,7% de todas as crianças acolhidas em AR em Portugal têm entre os 0 e os 3 anos, representando 99% dos bebés com uma medida de colocação extra familiar acolhidos em AR. Esta situação, ao contrário do que

acontece noutros países, ainda subsiste em Portugal, apesar do comprovado grave impacto do AR no desenvolvimento dos bebés (Casas, 1988) e em violação dos seus direitos internacionalmente consagrados (Rodrigues, et al, 2013).

Os dados (des)conhecidos sobre o sistema de AR português salientam a necessidade de perceber em que condições estas crianças estão acolhidas e se existe ou não qualidade nas casas que as acolhem.

O constructo “Qualidade” pode ser definido como um “conceito dinâmico, complexo, multidimensional, que resulta da adequação dos recursos e serviços prestados pelas instituições de acolhimento, às necessidades e características das crianças acolhidas” (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2014, p.4). A qualidade está, assim, associada ao ajustamento psicológico, bem-estar e satisfação com a vida experienciados pelas crianças acolhidas. Sendo esta definição uma realidade dinâmica, que varia em função do tempo e da geografia, dependendo de fatores políticos, económicos e culturais, constitui-se, necessariamente, como uma construção social (Rodrigues et al, 2014).

Para que sejam promovidas práticas de qualidade, é preciso analisar as necessidades das crianças, as quais variam em função das suas características (idade, sexo, experiência prévias, desenvolvimento) no sentido de adequar a essas necessidades os serviços que lhe são prestados. O AR deve responder às necessidades e adaptar-se a cada criança e não serem as crianças a adaptar-se ao contexto de AR (Calheiros, Lopes, & Patrício, 2011).

No que concerne ao efeito produzido no desenvolvimento das crianças em AR, a qualidade do acolhimento é sugerida como mais importante do que o tipo de acolhimento (McCall e Groark, 2015).

O AR deve ser um tempo de qualidade e recuperação dos motivos que levaram à retirada da criança do meio familiar. As crianças devem poder viver numa casa que promova um ambiente familiar acolhedor e protetor, promotor do desenvolvimento intelectual e cognitivo, desenvolvimento emocional e motivacional, desenvolvimento de competências sociais e autonomia pessoal e desenvolvimento físico, assim como a sua integração social (Del Valle & Casas, 2002). Para que não existam cortes de relações de afeto, é preciso fomentar a participação na comunidade local, não separar irmãos e acolher em pequenos grupos (Poletto & Koller, 2011; Smith, 1998), considerando assim a importância das experiências significativas na infância.

O sistema de AR deve ser flexível e capaz de se adaptar às especificidades de

cada criança (Calheiros et al, 2011), promovendo uma educação adequada, fomentando a liberdade de expressão, a opinião da criança, protegendo as crianças contra os maus tratos, em espaços de cariz familiar adequados, beneficiando de relações afetivas estáveis com os adultos responsáveis e uma rotina diária personalizada, o direito de participar em jogos, atividades recreativas e de participar livremente na vida cultural da comunidade (art.º 53 LPCJP 142/15; Bravo & Del Valle, 2009a; Martín, 2012), tal como a CDC defende. Torna-se, ainda, essencial que cada criança desenvolva a sua autonomia e se integre socialmente através da possibilidade de sugerir, aprender a fazer, a tomar decisões, ao poder exprimir os seus sentimentos, e, sobretudo perspetivar sobre o seu futuro ao participar no seu projeto de vida e respetivo plano de intervenção individualizado.

Deste modo, os serviços de AR devem funcionar 24h por dia, sendo prestados cuidados às crianças por profissionais com formação específica, com experiência profissional e com capacidade para estabelecer relações de confiança, assumindo-se estes como adultos de referência. O AR deve ter um carácter transitório, visando a normalização da vida quotidiana e o respeito pelas diferenças individuais de cada criança. As instalações têm que ser abertas à comunidade e responder de forma eficiente aos problemas e às necessidades das crianças (Anglin, 2004; Bravo & Del Valle, 2009b; Del Valle, Bravo, Hernández, & Santos, 2012). Caberá aos cuidadores revelar capacidade de adaptação para conseguir alterar os serviços, recursos e equipamentos às necessidades das crianças, de forma a lhes proporcionar a melhor qualidade de AR. Contudo esta missão vê-se dificultada pelo facto de não existir em Portugal formação de base específica para cuidadores diretos, havendo assim uma lacuna a este nível (Silva & Gaspar, 2014).

Até recentemente, subsistia em Portugal uma incapacidade de observar a qualidade dos serviços que são fornecidos pelas casas de acolhimento para as quais o Estado transfere a responsabilidade de substituir a família quando estas não podem, ou não são capazes, de assumir o seu papel para com os seus filhos (Rodrigues et al, 2013). O AR é, pois, ainda, um campo de investigação muito negligenciado (Mota & Matos, 2008), no qual urge centrar a atenção dos investigadores. Na verdade, a escassez de pesquisa na área é um fenómeno internacional (Bravo & Del Valle, 2009b). Por esta razão, há ainda muito pouco conhecimento sobre o funcionamento das casas de acolhimento; sobre as necessidades das crianças em AR; quais os serviços que lhes são fornecidos, se esses serviços se adequam às verdadeiras necessidades das crianças e, por

fim, quais as estratégias terapêuticas aplicadas neste contexto (Rodrigues et al, 2013).

Uma avaliação da qualidade do AR, para que seja consistente, deve ter por base um conjunto de *standards* internacionais que reflitam os padrões que garantem a qualidade dos serviços prestados (Anglin, 2004). O Sistema de Avaliação Compreensiva do AR Português – ARQUA-P (Rodrigues, Barbosa-Ducharme & Del Valle, 2015), é uma versão adaptada do instrumento, denominado ARQUA, desenvolvido no contexto espanhol por Del Valle (1997). Esta versão revela-se adaptada à realidade portuguesa e integra as alterações que constam nos novos *standards* de qualidade EQUAR (*Standards* de Qualidade do AR) (Del Valle et al., 2012).

Assim, com base em tudo o que foi referido e tendo em conta a importância da avaliação da qualidade do sistema de AR, dando relevo ao direito à participação das crianças nos assuntos que lhe dizem diretamente respeito, interessa aferir a forma de tornar possível às crianças participar ativamente na avaliação da qualidade da CA onde vivem.

Ouvir a voz das crianças e procurar a sua participação nas decisões sobre as suas vidas, são questões que devem ser postas em prática (Cavet & Sloper, 2004), pois são estas quem mais sabe sobre suas próprias vidas, e se encontram numa posição única para transmitir as suas experiências (Clark & Moss, 2001). Em particular entre os 6 e os 11 anos, as crianças já conseguem expressar-se. Como refere Piaget (1967/1974), a criança “desenvolve o pensamento operatório concreto, possui já pensamento indutivo, um raciocínio lógico, sendo capaz de cooperar. Graças à socialização, torna-se menos egocêntrica, é participante ativa no desenvolvimento do conhecimento, construindo o seu próprio entendimento, passando a ir atrás do conhecimento” (p.64). Nesta idade a criança dispõe de um conjunto de competências que facilitam a expressão da sua vontade e da sua opinião. No período de idade escolar, a criança passa por transformações cognitivas, emocionais e relacionais que se refletem na sua autonomia, na sua capacidade de internalização e na maior diversificação das relações estabelecidas com pessoas exteriores ao contexto familiar (Herbert, 2004), e estas são competências base para o seu desenvolvimento.

As crianças que apresentam melhores ferramentas para lidar com os diferentes contextos em que estão inseridos apresentam uma maior autoestima e uma autoconfiança mais elevadas (Sroufe, Egeland, Carlson, & Collins, 2009). Quando a criança se sente insegura no seu “mundo” significa que algo está errado, os pais nem sempre estão disponíveis ou são uma fonte de proteção e, nestes casos, por vezes é

necessário que ocorra um afastamento. Nessa altura existe um corte de ligação com os seus familiares e a criança vê-se a ir viver para um local totalmente desconhecido. A separação das figuras de vinculação vai implicar um trauma para a criança, onde os sentimentos de raiva, angústia e tristeza prevalecem. Posteriormente, a criança passa a temer a perda permanente das figuras de vinculação, podendo assim, face à perda, ser incapaz de vir a estabelecer relações afetivas com os outros (Salvaterra, 2011).

O grupo de amigos ou colegas surge de forma espontânea. “O grupo de amigos fornece à criança um contexto que não só lhe facilita o acesso a novas experiências, como providencia uma companhia ou um pretexto para que lhe permita experimentar e refinar as suas potencialidades de dialogar, persuadir, tomar iniciativas, negociar, argumentar, cooperar, competir, perceber pontos de vista, antecipar, resolver problemas, expressar afetos e estabelecer relações de amizade” (Matos, 2000, cit.in por Almeida, 2000, p. 8). A criança nesta fase tem uma melhor perceção de si própria e dos outros, e é cada vez mais responsável e consciente pelos seus comportamentos (Herbert, 2004).

Para que a criança nesta faixa etária possa ter um desenvolvimento destas competências, precisa das melhores condições para evoluir enquanto ser e deve-lhe ser garantido o direito à educação, à saúde, à igualdade, à proteção, à alimentação e ao amor (Convenção dos Direitos da Criança, 1990).

O facto da criança já se conseguir expressar de forma completa e ser capaz de perceber as suas vivências, sejam elas positivas ou negativas, revela a sua capacidade para emitir juízos acerca da sua própria vida e legítima que seja ouvida quanto à avaliação da Casa de Acolhimento (CA) onde reside.

Apesar dos argumentos avançados nos últimos anos para ouvir crianças que se encontram em cuidados residenciais (Gilligan, 2000), até ao momento presente, a investigação acerca das suas perceções é ainda escassa (Rodrigues et al., 2013). Assim, e uma vez que os estudos que privilegiam a voz das crianças em AR são em número reduzido, torna-se essencial a avaliação deste contexto valorizando as perceções das próprias crianças que usufruem do acolhimento. A investigação na área do AR tem-se centrado nos problemas psicológicos manifestados pelas crianças e jovens acolhidos e não incidem no próprio contexto nem na voz das crianças que vivem em AR (Rodrigues et al, 2014).

Investigar sob a lente da perspetiva ecológica do desenvolvimento de crianças em AR, significa entendê-las como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no-contexto” (Bronfenbrenner, 1979/1996). O AR consiste num

ambiente ecológico de extrema importância para as crianças que lá vivem, constituindo o seu microsistema, sendo neste nível e, portanto, neste contexto, onde acontece um grande número de atividades e de interações de grande importância para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto.

Os estudos neste âmbito são escassos (Fulcher, Moran & Anglin, 2014), a voz das crianças é frequentemente ignorada e posta de lado. Não obstante, nos últimos anos, algumas investigações têm atribuído especial importância à voz das crianças relativamente à avaliação do AR, sendo a participação destas um indicador de qualidade das respostas de acolhimento (Gilligan, 2000). Ao valorizar a sua participação considera-se que elas são agentes promotores da mudança e cidadãos ativos que têm o direito de falar por si mesmos. Ouvindo as crianças, compreende-se a forma como gostariam de ser envolvidas e apoiadas, sendo esta a forma mais direta e eficaz de conhecer as suas verdadeiras necessidades e se perceber se estas estão a ser respondidas.

Os estudos que incidem sobre as vozes das crianças apoiam a tese de que as crianças estão geralmente satisfeitas com as suas casas de acolhimento (Wilson & Conroy, 1999). A maioria das crianças que vive em AR avalia positivamente os contextos de AR em que vive, o que traduz a sua satisfação com o cuidado que recebem. (Delfabbro, Barber, & Bentham, 2002). Também Del Valle e Casas (2002) referem que as crianças têm uma perceção positiva dos cuidados residenciais, avaliando de uma forma positiva as casas onde estão acolhidas.

Martín e González (2007), reportaram que as crianças valorizam o relacionamento com os educadores. As crianças estimam muito as relações socioafetivas que têm com os educadores e com os colegas de casa. Num estudo realizado com crianças em AR, em Espanha, observou-se uma elevada percentagem (86.1%) de crianças que consideram mais importante a qualidade do seu relacionamento com os cuidadores, do que outros aspetos (e.g infraestrutura, recursos e lazer). Por outro lado, as crianças em AR quando não estão satisfeitas com o cuidado e o apoio que os profissionais fornecem, raramente partilham os seus medos e preocupações (Southwell & Fraser, 2010). O alto grau de rotatividade entre os profissionais, característico destas casas, tem implicações negativas sobre a estabilidade das crianças e no desenvolvimento de relações estruturais de confiança (Geenen e Powers, 2007; Strolin-Goltzman, Kollar e Trinkle, 2010).

Existe um conjunto de boas práticas no AR que reúnem consenso: atender às necessidades individuais de cada criança, demonstrar respeito pelos direitos das

crianças, satisfazer as necessidades básicas, prestar um bom nível de apoio à saúde e educação, assegurar estabilidade, segurança, independência, autonomia e proteção às crianças acolhidas (Del Valle & Bravo, 2013). Sendo assim, a qualidade do AR é influenciado pelas condições e características da casa, a duração do acolhimento e o seu funcionamento (Delap, 2011).

As crianças em acolhimento devem viver de forma normalizada, ou seja, num ambiente e rotina o mais parecido possível a uma vida em contexto familiar, aproximando-se da vivência diária normativa de qualquer outra criança. Um estudo realizado em Illinois revela que as crianças que se sentem amadas e seguras nas suas casas de acolhimento relatam satisfação com a sua qualidade de vida (Wilson & Conroy, 1999).

Um estudo realizado por Calheiros e Patrício (2014) salienta a insatisfação das crianças em relação ao aspeto da CA, nomeadamente à decoração e ao mobiliário. Os participantes deste estudo referem, ainda, que ao nível da relação com os educadores existem aspetos negativos, sendo eles: incapacidade de controlar comportamentos das crianças, certas atitudes que estes têm para com as crianças e a falta de motivação. Os resultados dos estudos de Faria, Salgueiro, Trigo & Alberto (2008) e de Gomes (2005), salientam as perceções negativas aquando da entrada na instituição, dadas as ruturas envolvidas no processo de afastamento da família e integração numa CA, marcadas por sentimentos de tristeza e medo. Esta perceção negativa no início do acolhimento vai progressivamente mudando à medida que as crianças conhecem os colegas da casa, os cuidadores, e os técnicos (Carvalho & Manita, 2010). Aliás, nos estudos analisados é notória a importância dada às relações que existem na casa, tanto com os cuidadores como com os colegas de casa.

As regras, particularmente, em casas de grande dimensão, são sentidas como inflexíveis e, frequentemente, como inapropriadas, tornando-se difícil a sua individualização em função dos diferentes níveis desenvolvimentais. A diferença entre viver em casa com os pais ou numa CA parece ser o clima emocional em que as regras e restrições são experienciadas (Rauktis, Fusco, Cahalane, Bennett, & Reinhart, 2011).

De acordo com a literatura, a idade das crianças influencia igualmente a avaliação do AR. Os entrevistados mais jovens, até aos 12 anos, estão geralmente menos satisfeitos do que os mais velhos, sendo que maior idade corresponde a maiores níveis de satisfação com a situação de acolhimento (Bravo & Del Valle, 2001; Southwell & Fraser, 2010). O estudo de Southwell e Fraser (2010), sugere que os

residentes mais jovens podem estar em maior risco de impactos negativos a que são, ou foram, expostos porque estes experimentam um nível mais baixo de apoio social e sensação de bem-estar junto dos cuidadores de referência. São também frequentemente encontradas diferenças de género, sendo o sexo feminino a relatar menor satisfação com a sua experiência de acolhimento do que o sexo masculino (O'Neill, 2008).

O presente estudo assume como objetivo principal ouvir a perspetiva da criança acolhida (com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos) sobre a apreciação que faz da qualidade da CA onde vive, valorizando a opinião da criança ao considerar que esta é capaz de responder adequadamente às questões que lhe são colocadas, tornando, assim, ativa a sua participação no processo de avaliação da qualidade do contexto de AR.

1. Método

1.1. Participantes

Neste estudo participaram 43 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos ($M= 9.16$; $DP=1.6$), que se encontravam acolhidas em 11 casas de AR localizadas em diferentes distritos de Portugal. Das 43 crianças participantes, 27 são raparigas (62,8%) e 16 são rapazes (37.2%).

O tempo que as crianças participantes se encontravam acolhidas variou entre 2 e 81 meses (7 anos) ($M= 20.17$; $DP= 18.14$). Das 43 crianças avaliadas, 24 crianças encontravam-se em casas mistas (55.8%) e 19 crianças em casas segregadas (44.2%) em função do sexo. Havia 15 raparigas (34.9%) em casas segregadas femininas e 4 rapazes (9.3%) em casas segregadas masculinas. Em relação à dimensão das casas de acolhimento participantes, verifica-se que 4 crianças (9.3%) vivem em casas de dimensão pequena (com menos de 13 outras crianças), 20 crianças (46.5%) em casas de dimensão média (casas com 13 a 24 crianças) e 19 crianças (44.2%) em casas de dimensão grande (que acolhem mais de 24 crianças).

Os principais motivos pelos quais as crianças participantes foram acolhidas de acolhimento são variados, destacando-se: negligência (62.8%), ausência de retaguarda familiar e supervisão parental (25.6%), comportamentos desviantes por parte dos progenitores e por alienação parental (18.6%). Existem ainda crianças que se encontram em AR por motivos de abandono e violência doméstica (11%). Em alguns casos são reportados mais que um motivo para a colocação em AR.

1.2. Instrumentos

Os dados deste estudo foram recolhidos através do ARQUA-P (Rodrigues, Barbosa-Ducharme & Del Valle, 2015), especificamente através de Pedido de Informação Prévia (PIP) e *Entrevista para Crianças dos 6-11 anos*.

O PIP é um instrumento onde são compiladas as informações de cada CA, as suas características e os dados sociodemográficos das crianças acolhidas. Estas informações são disponibilizadas à equipa de investigação antes do momento da visita.

A *Entrevista para Crianças dos 6 aos 11 anos*, constitui uma entrevista estruturada constituída por 88 questões das quais 71 itens são respondidas em escala tipo Lickert de 5 pontos, entre 1 e 5. Inclui também 17 questões de resposta semiaberta. Os dados recolhidos através desta entrevista permitem aferir a avaliação que as crianças fazem da qualidade total da casa onde vivem, através de 12 dimensões de qualidade do contexto consideradas no sistema ARQUA-P e um índice de Qualidade Total (média das 12 dimensões consideradas), a saber (entre parêntesis indica-se o valor de índice de consistência interna, Alfa de Croanbach, obtido neste estudo):

Localização Recursos e Equipamentos (LIE) ($\alpha = 0.56$); Encaminhamento e Receção/Admissão (ERA) ($\alpha = 0.35$); Apoio à Família para a Reunificação (AFR) ($\alpha = 0.18$); Segurança e Proteção (SP) ($\alpha = 0.53$); Respeito pelos Direitos (RD) ($\alpha = 0.48$); Necessidades Básicas Materiais (NBM) ($\alpha = 0.37$); Estudos e Formação (EF) ($\alpha = 0.17$); Saúde e Estilos de Vida (SEV) ($\alpha = 0.60$); Normalização e Integração (NI) ($\alpha = 0.57$); Desenvolvimento e Autonomia (DA) ($\alpha = - 0.34$); Participação (P) ($\alpha = 0.68$) Uso de Consequências Educativas (CE) ($\alpha = 0.59$) e a Qualidade Total (QT) ($\alpha = 0.91$)

“Inserir Quadro 1”

Tendo em conta os valores de Alfa obtidos, só serão utilizadas nas análises posteriores as dimensões em que $\alpha > 0.50$. Esta opção decorre de se tratar de dimensões avaliadas a partir de entrevista com crianças, pelo que se adotou um nível de tolerância mais alargado que o α habitual considerado aceitável de acordo com DeVellis (1991; cit in Almeida & Freire, 2008). Contudo, neste estudo, serão também feitas análises sobre dados obtidos através de itens isolados, sempre que o seu conteúdo se revele pertinente.

Procedimento

O presente estudo insere-se num projeto de investigação mais amplo, intitulado *Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português (EQAR)*, que tem como objetivo avaliar a qualidade do sistema de AR em Portugal.

Os procedimentos de recolha e tratamento de dados seguiram os princípios de ética e deontologia requeridos e estes foram aprovados pelo Comité de Ética da FPCEUP. A equipa de investigação é constituída por várias investigadoras com formação de base em Psicologia, formadas no sistema de avaliação ARQUA-P.

As casas foram questionadas relativamente ao seu interesse em participar no projeto de investigação, assegurando uma participação voluntária, sendo sempre sublinhado o facto que o objetivo seria avaliar a qualidade do AR português e não a qualidade de alguma casa em particular. Foi solicitado à direção de cada casa participante a assinatura de uma declaração de consentimento informado onde declararam estar a participar no estudo de livre e espontânea vontade, conhecedores do carácter de confidencialidade dos dados recolhidos e de anonimato das fontes de informação.

A entrevista das foi realizada de forma individual, tendo sido, no início de cada entrevista, explicado o estudo e explicitamente consultada a disponibilidade da criança para participar e reafirmada a total confidencialidade das suas respostas. As entrevistas são realizadas em espaços que permitam preservar esta confidencialidade.

Sempre que a criança não sabia responder a qualquer questão ou preferia não o fazer, existem códigos que permitem a codificação dessa informação. A entrevista das crianças teve uma duração média de cerca de 30 minutos, estando este tempo condicionado pela informação que a criança transmitir.

Os dados recolhidos para este estudo foram analisados através do *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, versão 21.0 para *Windows*.

Após testar a normalidade da distribuição das variáveis e a homogeneidade das variâncias, optou-se por utilizar, sempre que cumpridos os pressupostos, uma abordagem paramétrica. Assim sendo, utilizaram-se no presente estudo testes de associação, nomeadamente correlações de Pearson, testes de comparação de médias para amostras independentes e, ainda, testes de análise de variâncias (One way Anova).

2. Resultados

Perceção das crianças acolhidas sobre a qualidade do AR

2.1 Estatística descritiva

Na tabela 1 apresentam-se as medidas descritivas da avaliação da qualidade do AR das crianças relativas a cada dimensão do ARQUA-P

“Inserir tabela 1”

Todas as dimensões do ARQUA-P foram avaliadas positivamente pelas crianças. A melhor avaliada pelas crianças foi a dimensão LIE ($M= 4,17$; $DP= 0,62$). As dimensões avaliadas com uma pontuação mais baixa foram SEV ($M= 3,56$; $DP= 1,33$) e a P ($M=3,56$; $DP=1,00$). Através da leitura da tabela 1, constata-se que as crianças avaliam positivamente a qualidade das respostas de AR, visto nenhuma dimensão obter uma média inferior a 3. A QT é assim avaliada como positiva ($M=3,88$; $DP= 0,44$).

Em relação ao contentamento em geral com a CA onde vivem, 20 crianças (46.5%) estão “contentes” com aquela casa, 20 crianças (46.5%) estão “mais ou menos contentes” e 3 crianças (7%) “não estão contentes” com a CA em que vivem. Relativamente à questão se preferiam estar noutra casa, 32 crianças (74.4%) responderam que preferiam estar noutra casa e 10 (23.3%) disseram que não queriam estar noutra casa. Das crianças que disseram que queriam estar noutra casa, 29 (67.4%) queriam estar em casa e 4 (9.3%) preferiam estar noutra CA.

2.2 Análise de diferenças entre grupos

Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a perceção da QT entre rapazes ($M = 3.95$; $DP = 0.46$), e raparigas ($M = 3.84$; $DP = 0.44$), $t(41) = -0.781$, $p=.440$, nem relativamente às restantes dimensões de qualidade. Relativamente à tipologia não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre crianças acolhidas em casas segregadas em função do género ($M = 3.82$; $DP = 0.48$), e em casas mistas ($M = 3.93$; $DP = 0.41$) em relação à QT, $t(41) = 0.85$, $p=.403$.

Relativamente à normalização e integração (NI) encontraram-se diferenças

marginalmente significativas entre casas segregadas ($M = 3.64$; $DP = 0.75$) e casas mistas ($M = 4.01$; $DP = 0.47$), $t(41) = 2.01$, $p = .051$.

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas da dimensão NI em função da dimensão da casa (média, pequena e grande) ($F(2,40) = 3.25$, $p = 0.049$), sendo que através do teste Post Hoc Scheffe se verificou que as crianças acolhidas em casas de pequena dimensão, apresentam melhores avaliações em relação à NI ($M = 4.58$; $DP = 0.29$) do que as crianças acolhidas em casas médias ($M = 3.80$; $DP = 0.34$), ou em casas grandes ($M = 3.77$; $DP = 0.63$).

Analisando agora as diferenças em função do género encontradas na avaliação dos itens do ARQUA-P, e depois de analisada a sua distribuição, encontram-se diferenças significativas entre os rapazes e raparigas ao nível do item “participação na definição dos objetivos educativos e na tomada da decisão”, $t(41) = (-2.26)$, $p = 0.029$. As crianças do sexo masculino realizam, em média, uma avaliação mais positiva ($M = 4.06$; $DP = 1.23$) neste item que o sexo feminino ($M = 3.07$; $DP = 1.47$).

Há diferenças significativas entre as casas mistas e casas segregadas ao nível do item “sentes-te bem na CA, é agradável o ambiente aqui” da dimensão SP, $t(41) = (3.85)$, $p = 0.000$, com as crianças das casas mistas a apresentarem melhor avaliação ($M = 4.54$; $DP = 0.721$) do que as casas segregadas ($M = 3.37$; $DP = 1.26$).

2.3 Análise de correlações entre dimensões e itens.

Para relatar a força das correlações, foram utilizadas as orientações de Cohen (1988). Encontrou-se uma correlação estatisticamente negativa moderada entre a idade das crianças acolhidas e o item “sentimento de bem-estar e ambiente agradável” da dimensão SP, ($r_s = -0.366$, $p = 0.016$). Quanto maior é a idade, pior é a avaliação que as crianças fazem relativamente ao sentimento de bem-estar. A idade das crianças também está negativamente correlacionada com a dimensão CE, ($r = -.406$, $p = 0.007$), sendo esta uma correlação significativa negativa moderada. Quanto maior é a idade das crianças pior avaliação que realizam em relação à dimensão CE. Encontrou-se também uma correlação estatisticamente significativa negativa moderada entre a idade das crianças acolhidas e o item “decoração”, ($r_s = -0.481$, $p = 0.001$). Assim, quanto menor é a idade das crianças melhor é a avaliação que fazem sobre o item “decoração”.

Encontrou-se uma correlação estatisticamente significativa negativa moderada entre a idade das crianças acolhidas e o item da dimensão CE “perceção de justiça na

aplicação das consequências pelo incumprimento de regras”, ($r = -0.321$, $p = 0.038$). Quanto maior for a idade menor é o sentimento de percepção em relação à justiça na casa, ou seja, os mais velhos percebem as consequências como menos justas. Encontrou-se uma correlação estatisticamente significativa negativa moderada entre o tempo de acolhimento em meses e o item “sítio próprio e material de estudo”, ($r = -0.514$, $p = 0.000$). Significa que quanto menor foi o tempo na casa maior é a avaliação à quantidade de material de estudo e sítio para estudar.

Verificou-se uma correlação estatisticamente significativa moderada entre o motivo de acolhimento “ausência de supervisão parental” e o item “apoio no trabalho escolar”, ($r_{pb} = -0.338$, $p = 0.027$). As crianças acolhidas por motivo de ausência de supervisão parental avaliam pior os apoios dados ao estudo na casa.

Ao nível do tempo de acolhimento das crianças na casa, encontrou-se uma correlação negativa moderada estatisticamente significativa entre o tempo e a “percepção de justiça na aplicação das consequências pelo incumprimento de regras”, ($r_s = -0.346$, $p = 0.025$). Quanto maior é o tempo de acolhimento na casa menor é a percepção de justiça que as crianças têm.

Encontrou-se uma correlação positiva moderada estatisticamente significativa entre o número de irmãos a viver na mesma casa e a percepção que estes têm sobre a qualidade da “CA em geral”, ($r = 0.332$, $p = 0.032$). Isto indica que quantos mais irmãos vivem na casa, melhor é a avaliação que as crianças fazem sobre o item “CA em geral”.

3. Discussão

As crianças atribuíram valores bastante positivos à qualidade dos contextos de AR onde vivem. Os valores atribuídos às dimensões do AR encontram-se praticamente todos acima do ponto 3.5, sendo as dimensões LIE, SP, CE e NI as mais bem avaliadas e as dimensões SEV e P as que apresentam valores ligeiramente mais baixos. Estes dados convergem com estudos anteriores que indicam a perspetiva positiva das crianças sobre o AR (Del Valle, & Casas, 2002; Carvalho & Manita, 2010; Delfabbro et al., 2002; Southwell, & Fraser, 2010; Wilson & Conroy, 1999).

O item “sítio próprio e material de estudo” obteve uma correlação negativa com o tempo de acolhimento na CA. As crianças que estão há mais tempo na casa avaliam pior o local de estudo e o material escolar que lhes é disponibilizado, o que pode querer dizer que se estão progressivamente a tornar mais exigentes, o que contraria os

resultados encontrados por Gomes (2005) que sustentam que as crianças em AR não têm preocupação com os estudos e com os projetos pessoais.

Em relação à avaliação global do contentamento com o AR a percentagem de crianças que indicaram estar globalmente contentes com o acolhimento na resposta atual (46.5%) traduz que sensivelmente apenas metade do número de crianças acolhidas estão satisfeitas com o acolhimento, sendo resultados similares referidos noutros estudos (e.g., Del Valle, & Casas, 2002; Delfabbro et al., 2002; Faria et al, 2008).

Verificou-se, ainda, que as raparigas e rapazes tendem a perceberem de forma similar a qualidade do AR. Contrariamente ao encontrado no presente estudo, resultados preliminares de 5 casas de AR com crianças de uma faixa etária mais alargada, (Rodrigues, Del Valle e Barbosa-Ducharme, 2014), referem que crianças do sexo feminino tendem a avaliar a qualidade do contexto de AR mais negativamente que o sexo masculino e encontram suporte em resultados similares obtidos por O'Neill (2008). Um outro estudo, desenvolvido por Bravo e Del Valle (2001), relata maior satisfação das raparigas em relação à Qualidade do AR, o que também não coincide com os resultados obtidos neste estudo.

O resultado positivo da avaliação realizada pelas crianças à dimensão SP também não vai de encontro às conclusões de estudos realizados anteriormente e que sublinham a instabilidade das crianças em AR e as suas dificuldades no desenvolvimento de relações estruturais de confiança, quando os profissionais estão sempre a entrar e a sair das suas vidas, devido a um alto grau de rotatividade das equipas de cuidadores (Geenen e Powers 2007; Strolin-Goltzman, Kollar e Trinkle, 2010). Stevens (2008) relata percentagens similares de participantes que se sentiam seguros e outra metade não se sentiam seguros na CA, sendo atribuída a insegurança ao grupo de pares, família e, por vezes, aos próprios profissionais.

Verificou-se que as crianças acolhidas em CA de pequena dimensão parecem perceberem mais positivamente a maioria das dimensões de avaliação da qualidade das casas do que os jovens acolhidos em CA de média/grande dimensão. Este resultado é convergente com outros estudos que indicam que as crianças preferem viver em residências de pequena dimensão (Carvalho & Manita, 2010; Delap, 2011).

Neste estudo, concluiu-se que as raparigas avaliam de forma mais negativa a sua participação do que os rapazes. Estes resultados parecem apoiar as conclusões de Carvalho & Manita (2010) quando constatam que a participação nas decisões e projeto de vida é uma questão pouco consensual visto que a participação nas tomadas de

decisão nem sempre é posta em prática. Num estudo de Southwell e Fraser (2010), os participantes manifestavam-se muito satisfeitos quanto à sua participação nas casas de AR (Anglin, 2004).

Neste estudo verificou-se que quanto maior é a idade das crianças acolhidas pior é a percepção de justiça na aplicação de CE. A percepção de justiça é, de acordo Carvalho e Manita (2010) um fator de insatisfação nas casas de AR para as crianças, que destacam como razões para essa insatisfação a obrigatoriedade em cumprir certas regras, as discussões e agressões físicas entre pares e a aplicação de consequências pelo incumprimento de regras. À medida que crescem as crianças revelam sentir-se menos satisfeitas com as regras e restrições impostas nas casas (Delfabbro et al, 2002; Rauktis et al, 2011), assim os mais velhos avaliam pior as CE. Verificou-se que quanto maior é a idade, pior é a avaliação que as crianças fazem relativamente ao sentimento de bem-estar e agradabilidade do ambiente. Possivelmente, com a idade aumenta o sentido crítico das crianças com aspetos como a localização física da casa, autonomia, respeito pelos direitos, entre outras (Martín e González, 2007). As crianças, à medida que crescem, tornam-se progressivamente mais críticas e mais conscientes relativamente ao contexto em que se encontram, como concluíram Bravo e Del Valle (2001). No entanto, estes dados são contraditórios com outros estudos que concluíram que crianças mais velhas apresentam níveis superiores de satisfação com a casa onde vivem comparativamente às crianças mais novas (Southwell & Fraser, 2010).

A dimensão LIE foi bastante bem avaliada tal como noutros estudos (Martín e González, 2007). Esta dimensão é bastante valorizada pelas crianças que vivem nas casas de acolhimento.

A idade das crianças parece influenciar a avaliação do item que afere a satisfação com a decoração da CA, tal como noutro estudo (Calheiros et al, 2014) onde a decoração também é avaliada como sendo inadequada e pouco personalizada. Verificou-se que as crianças acolhidas em casas de pequena dimensão, apresentam melhores avaliações em relação à NI do que as crianças acolhidas em casas médias ou grandes. Este resultado é convergente com outros estudos que indicam que as crianças preferem viver em residências de pequena dimensão (Carvalho, & Manita, 2010; Delap, 2011).

Os resultados observados indicam que quantos mais irmãos vivem na casa, melhor é a avaliação que as crianças fazem sobre o item “CA em geral”, tal como observado noutro estudo (Poletto e al, 2011). O número de irmãos na mesma CA pode

ser considerado como um fator protetor, gerando um maior bem-estar, o que sublinha a importância da manutenção de irmãos juntos na mesma CA (Smith, 1998) e constitui um argumento válido contra a não separação de fratrias.

Os resultados observados indicam que quantos mais irmãos vivem na casa, melhor é a avaliação que as crianças fazem sobre o item “CA em geral”, tal como observado noutro estudo (Poletto e al, 2011). O número de irmãos na mesma CA pode ser considerado como um fator protetor, gerando um maior bem-estar, o que sublinha a importância da manutenção de irmãos juntos na mesma CA (Smith, 1998) e constitui um argumento válido contra a não separação de fratrias.

Nos estudos que avaliam a perceção da própria criança sobre a sua vivência de AR sobressai uma conotação positiva com a experiência do AR, o que é convergente com alguns dos resultados encontrados no presente estudo. Verificou-se que as crianças avaliam positivamente a qualidade das respostas de AR onde vivem, incluindo nas várias dimensões do ARQUA-P.

Estes resultados sublinham a importância de ouvir as crianças quanto à qualidade dos serviços de AR visto serem elas quem melhor conhece as suas próprias necessidades e a resposta às mesmas dada pela CA, ainda que não possuam um conhecimento formal do que é considerado qualidade em AR (Bravo & Del Valle, 2009b; Wilson & Conroy, 1999).

Conclusão

Tendo em conta que a maioria dos estudos se foca apenas nos jovens, sendo esquecida a população acolhida com menor idade, o presente estudo teve como principal objetivo dar “voz” às crianças em AR com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos. Este estudo envolveu a recolha e a análise de dados sobre diversas dimensões do AR, a partir da avaliação das crianças, relativamente a dimensões da qualidade das casas de acolhimento, o que permitiu aceder às suas perceções, valorizações e sensação de bem-estar na CA.

Este estudo pretendeu ser um contributo para o conhecimento da qualidade do AR em Portugal, evidenciando os benefícios de recorrer à visão e à voz das crianças neste contexto, no pressuposto de que devem ser realizados esforços e estimulada a contínua participação e valorização da voz das crianças neste contexto de vida. Em particular, sublinha-se a importância da participação das crianças em AR na avaliação

da qualidade do funcionamento residencial, dando o seu contributo para a melhoria destes serviços.

Por outro lado, torna-se importante realçar as limitações que este estudo apresenta. Neste estudo foram apenas avaliadas 43 crianças de 11 casas de AR, sendo que a investigação principal se propõe a avaliar 90 casas de AR. Deste modo, o tamanho reduzido da amostra não nos permite a generalização dos resultados obtidos. Neste estudo, apesar do recurso a uma entrevista semiestruturada para a recolha de dados, a análise dos mesmos limitou-se aos resultados quantitativos. Outra limitação, foi o facto de alguns alfas de Cronbach terem ficado abaixo do valor aceitável (.60), o que não permitiu que se explorassem certas dimensões do instrumento.

Um dos aspetos positivos deste estudo foi o relevo dado à criança como única fonte de informação, valorizando a sua voz e conferindo-lhe o direito a uma participação ativa na avaliação da sua CA.

Investigações futuras com uma amostra representativa poderão contribuir para uma visão ainda mais compreensiva do contexto de AR, e particularmente das perceções das crianças acolhidas.

Como pistas para investigações futuras, sugerem-se algumas alternativas relativas à forma de recolha da perceção das crianças sobre a qualidade do AR. A elaboração de um pequeno questionário, apenas para esta faixa etária, cuja aplicação exigisse uma duração mais curta, poderia permitir colocar-lhes algumas questões relativas às suas necessidades.

A voz das crianças em acolhimento deve ser ouvida no que diz respeito à qualidade das respostas de AR em que vivem (Calheiros et al., 2011; Delap, 2011; Martín & González, 2007; Rodrigues et al., 2014). Para que as crianças vivam num ambiente de qualidade em AR, é necessário que este ocorra num ambiente estruturado, estimulante e responsivo, com condições para a prestação dos cuidados sentidos como necessários pelas crianças. O funcionamento das CA deve satisfazer as necessidades das crianças acolhidas e constituir-se como um fator protetor e minimizador do impacto das inúmeras adversidades que estas crianças enfrentam.

Este estudo pretende ser um contributo para posteriores investigações, no sentido de determinar os fatores mais relevantes na qualidade do AR, dado que a qualidade do acolhimento parece ter maior impacto no desenvolvimento das crianças em AR do que o tipo de acolhimento (McCall & Groark, 2015).

4. Referências Bibliográficas

Almeida, A. M. (2000). *As relações entre pares em idade escolar*. Coleção Infans. Braga: Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Anglin, J. P. (2004). Creating “well-functioning” residential care and defining its place in a system of care. *Child & Youth Care Forum*, 33(3), 175-192. doi: 10.1023/B:CCAR.0000029689.70611.0f

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009a). Crisis y revisión del acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30 (1), 42-52.

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009b). *Intervención Socioeducativa en Acogimiento Residencial*. Santander: Gobierno de Cantabria (Colección documentos técnicos).

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)

Calheiros, M. M., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2011). Assessment of the needs of youth in residential care: Development and validation of an instrument. *Children and Youth Services Review*, 33, pp. 1930-1938. doi: 10.1016/j.childyouth.2011.05.020

Calheiros, M. M., & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies* 23(3). doi: 461-474. 10.1007/s10826-012-9702-1

Carvalho, T. & Manita, C. (2010) Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A.T. Almeida, R. Cabecinhas, R. Gomes, C. Machado, A. Maia, A. Sampaio, & M. C. Taveira (Eds.). *Atas do VII Simpósio*

Nacional de Investigação em Psicologia (pp. 3326-3335). Universidade do Minho. Braga.

Casas, F. (1988). Las Instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades socio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores*, 10, 37-50.

Cavet, J. & Sloper, P. (2004) The participation of children and young people in decisions about UK service development. *Child: Care, Health and Development*, 30 (6), 613–621.

Convenção Sobre os Direitos da Criança. Resolução da Assembleia da República, nº 20/90. Diário da República, I Série nº211, de 12 de Setembro de 1990.

Clark, A., & Moss, P. (2001). *Listening to young children: The Mosaic approach*. London: National Children's Bureau.

Del Valle, J. F. (1997). Evaluación de programas de acogimiento residencial. *Bienestar y Protección Infantil*, 3, 48-76.

Del Valle, J. F. (2008). *Manual de intervención en acogimiento residencial*. Santander: Gobierno de Cantabria.

Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home child care: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22, 251-257.

Del Valle, J. F., Bravo, A., Hernández, M., & Santos, I. S. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.

Del Valle, J. F., & Casas, F. (2002). Child residential care in the Spanish social protection system. *International Journal of Child and Family Welfare*. 5, 112-128.

- Delap, E. (2011). *Scaling down: Reducing, reshaping and improving residential care around the world*. London: EveryChild.
- Delfabbro, P. H., Barber, J. G., & Bentham, Y. (2002). Children's satisfaction with out-of-home care in South Australia. *Journal of Adolescence*, 25, 523-533, doi:10.1006/jado.2002.0497.
- Faria, S., Salgueiro, A. G., Trigo, L. R., & Alberto, I. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização. *Atas eletrônicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Simpósio organizado pelo Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho. Braga. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4700>
- Fernandes, N. (2005). *Notas introdutórias*. Em Christensen, P. e James, A. (coord.) (2005). *Investigações com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Ediliber.
- Fulcher, L., Moran, A., Anglin, J. P. (2014). Sisters of pain and the child protection paradox: An ethnographic study of a young woman living in secure care. *International Journal of Child and Family Welfare*, 15(1/2), 38-52
- Gilligan, R. (2000). The importance of listening to the child in *foster care*. In G.Kelly & R. Gilligan (Eds) *Issues in Foster Care: Policy, Practice and Research*, Kelly, G. and Gilligan, R. (Eds). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Gomes, M. P. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centros de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Geenen, S., & Powers, L. E. (2007). "Tomorrow is another problem" The experiences of youth in foster care during their transition into adulthood. *Children and Youth Services Review*, 29, 1085–1101. doi:10.1016/j.chilyouth.2007.04.008
- Herbert, M. (2004). Parenting across the lifespan. In M. Hoghughi & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 55-71). London: Sage Publications.

Instituto da Segurança Social, IP. (2015). *CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação do Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS, IP.

Lei nº 142/15, de 8 de Setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República. Lisboa: Diário da República.

Martín, E. (2012). Residential care as a resource of the childhood welfare system: Current strengths and future challenges. In A. Muela (Ed.), *Child abuse and neglect: A multidimensional approach* (pp.137-160). Rijeka: InTech. doi: 10.5772/46402

Martín, E., & González (2007). La calidad del acogimiento residencial desde la perspectiva de los menores. *Infancia Y Aprendizaje*, 30(1), 25-38.
<http://dx.doi.org/10.1174/021037007779849727>

McCall, R.B. & Groark, C.J. (2015). Research on institutionalized children: implications for international child welfare practitioners and policymakers. *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation*, 4 (2), 142-159. doi:10.1037/ipp0000033

Monteiro, A. R., (2002). *A revolução dos direitos da criança*. Porto: Campo das Letras.

Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação [Adolescence and institutionalization from an attachment perspective]. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.

O'Neill, T. (2008). Gender matters in residential child care. In A. J. Kendrick (ed.), *Residential child care: Prospects and challenges* (93-106). London/Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.

Piaget, J. (1967/1974). Aprendizagem e conhecimento. In: Piaget, J., Gréco, P. Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974. Título original: Apprentissage et connaissance.

Poletto, M. & Koller, S.H. (2011). *Subjective well-being in socially vulnerable children*

and adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24 (3), 476-484.

Rauktis, M. E., Fusco, R. A., Cahalane, H., Bennett, I. K., & Reinhart, S. M. (2011). "Try to make it seem like we're regular kids": Youth perceptions of restrictiveness in 26 out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, 33, 1224-1233.
doi:10.1016/j.childyouth.2011.02.012.

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-22.

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2014). Quality of residential care system of children in Portugal: Preliminary results from a comprehensive assessment. In C. Pracana (ed.), *InPact International Psychological Applications Conference and Trends 2014 Proceedings* (pp. 36-40). Porto: InPact.

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2015). *ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português*©. Registo 2650/2015. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Inspeção-Geral das Atividades Culturais - Direção de Serviços de Propriedade Intelectual.

Salvaterra, M. F. (2011). *Vinculação e adopção*. Lisboa: Edições Lusófonas.

Silva, I. S., & Gaspar, M. F. (2014). The challenge of improving positive residential care practices: Evidence from staff experiences in Portugal. *International Journal of Child and Family Welfare*, 15(1/2), 92-109.

Smith, M. (1998). Sibling placement in foster care: An exploration of associated concurrent preschool-aged child functioning. *Children and Youth Services Review*, 20 (5),389-412.

Southwell, J., & Fraser, E. (2010). Young people's satisfaction with residential care: Identifying strengths and weaknesses in service delivery. *Child Welfare*, 89(2), 209-228.

Stevens, I. (2008). The impact of the national care standards in Scotland: Putting article 20 into practice? *International Journal of Children's Rights*, 16, 263-279. doi: 10.1163/157181808x301836.

Strolin-Goltzman, J., Kollar, S., & Trinkle, J. (2010). Listening to voices of children in foster care: Youths speak out about child welfare workforce turnover and selection. *Social Work*, 55, 47–53.

Sroufe, L., A., Egeland, B., Carlson, E. & Coliins, W. A. (2009). *The Minnesota Study of Risk and Adaptation from Birth to Adulthood*. London: The Guildford Press.

Tomás, C., & Soares, N. (2004). Infância, protagonismo e cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância. *Fórum sociológico*, 11/12 (2.^a série), 349-361.

Wilson, L., & Conroy, J. (1999). Satisfaction of children in out-of-home care. *Child Welfare*, 78, 53–68.

Quadro 1.

Descrição das 12 dimensões da entrevista das crianças que integram o instrumento ARQUA-P

Dimensões ARQUA-P	Descrição
Localização, Recursos e Equipamento (LIE)	Proximidade de recursos comunitários necessários para satisfazer as necessidades das crianças e jovens e avaliação da qualidade dos equipamentos (acolhedores e semelhantes a uma residência familiar).
Encaminhamento e Receção/Admissão (ERA)	É avaliado o protocolo de receção e integração da criança, com o envolvimento dos profissionais, crianças/jovens e respetivas famílias.
Apoio à Família para a Reunificação (AFR)	Avalia o trabalho desenvolvido com as famílias dos jovens acolhidos, favorecendo a sua participação no sentido de melhorar a convivência familiar.
Segurança e Proteção (SP)	Tem como objetivo avaliar o ambiente seguro e protetor, promotor de convivência tranquila, vinculações/ligações afetivas e de suporte com os adultos e pares.
Respeito pelos Direitos (RD)	Avalia o respeito por todos os direitos das crianças e famílias, nomeadamente a privacidade, a proteção da intimidade e confidencialidade, o trato afetuoso e o respeito pela identidade.
Necessidades Básicas Materiais (NBM)	Pretende avaliar a satisfação de todas as necessidades básicas e materiais – alimentação, dinheiro de bolso, escolha da própria roupa, entre outros – tendo por base critérios de normalização.
Estudos e Formação (EF)	Avalia a integração escolar e formativa adequada à idade e interesses, apoio ao rendimento escolar e superação de dificuldades específicas.
Saúde e Estilos de Vida (SEV)	Avalia a assistência adequada à saúde e educação para estilos de vida saudáveis.
Normalização e Integração (NI)	São avaliadas as experiências quotidianas e rotinas, as quais devem ser semelhantes a um ambiente familiar, incluindo a integração nos recursos da comunidade, visitas, atividades, materiais de entretenimento, flexibilidade de horários.
Desenvolvimento e Autonomia (DA)	Avalia a potencialização de competências para a autonomia através das rotinas, ritmos e atividades.
Participação (P)	É avaliado o direito das crianças participarem e expressarem as suas perspetivas relativamente às decisões que lhes concernem.
Uso de Consequências Educativas (CE)	Avalia se as práticas educativas são adequadas e consistentes, com base no reforço positivo dos comportamentos adequados e em consequências construtivas em caso de condutas menos adequadas.

Tabela 1.

Estatística descritiva: Variáveis relativas à percepção das crianças sobre as várias dimensões do contexto de AR avaliadas (n = 43)

Dimensões ARQUA-P	Crianças		
	M	DP	Min-Max.
Localização (LIE)	4.16	0.62	2.29 – 5.00
Segurança e Proteção (SP)	4.07	0.49	2.73 – 5.00
Saúde e Estilos de Vida (SEV)	3.56	1.33	1.00 – 5.00
Normalização e Integração (NI)	3.84	0.63	2.22 – 5.00
Participação (P)	3.56	1.00	1.00 – 5.00
Uso de Consequências Educativas (CE)	4.01	0.72	2.20 – 5.00
Qualidade Total	3.88	0.44	2.85 – 4.67